



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Sua Excelência O Presidente da  
Assembleia Legislativa da Região  
Autónoma dos Açores  
Rua Marcelino Lima 9901- 858 Horta

| S/Referência | S/Comunicação | N/Referência    | Data       |
|--------------|---------------|-----------------|------------|
| S/1439/2023  | 24/05/2023    | Sai-AP/2023/130 | 07/06/2023 |

**ASSUNTO:** Requerimento n.º 643/XII (CDS-PP) – “Apanha de lapas”, apresentado pelos Senhores Deputados Catarina Cabeceiras, Rui Martins, e Pedro Pinto, do Grupo Parlamentar do Centro Democrático Social-Partido Popular

Em resposta às questões colocadas no requerimento referido em epígrafe, subscrito pelos Senhores Deputados Catarina Cabeceiras, Rui Martins, e Pedro Pinto, do Grupo Parlamentar do Centro Democrático Social-Partido Popular, cumpre-me informar V. Ex<sup>a</sup>. do seguinte:

**1- Que critérios serão definidos para a atribuição das referidas licenças?**

A emissão da licença de apanhador para as espécies de lapa-mansa (*Patella candei gomesii*) e lapa-brava (*Patella aspera*), em 2023, seguiu os critérios definidos pela Portaria n.º 39/2023, de 24 de maio, segunda alteração ao Regulamento da Apanha (Portaria n.º 57/2018, de 30 de maio com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 69/2018, de 22 de junho).

A recente Portaria prevê, para além de correções na redação dos artigos 3.º, 8.º, 10.º, 11.º e 13.º da Portaria n.º 69/2018, de 22 de junho, alteração aos critérios de atribuição de novas licenças ou renovação do licenciamento de apanhadores profissionais, redução dos limites de apanha diária em algumas das ilhas do arquipélago e revisão do número de licenças.

As alterações introduzidas permitiram corrigir erros de redação identificados na portaria em vigor, cumprir com a missão deste departamento, na defesa da sustentabilidade da atividade da apanha, que contempla os seus ativos, ao integrar como critério principal para atribuição de licença a exclusividade na atividade da pesca/apanha. A recente Portaria tem por base os resultados do projeto MoniCO sobre a lapa para determinar com maior rigor os limites de apanha diária nas diferentes ilhas do arquipélago bem como o número de licenças a atribuir.



**2- A nova regulamentação foi consensualizada com a Federação de Pescas dos Açores? Se sim, em que data se iniciaram as conversações no âmbito desta matéria?**

As novas medidas foram discutidas, em diversos momentos, com os principais envolvidos na atividade da apanha, como as Associações, Federação das Pescas e diversos requerentes que nos contactavam diretamente. Desde o início do ano, altura em que começaram a questionar sobre a emissão das licenças de apanhador, que esta nossa intenção foi manifestada e discutida. Acrescenta-se que antes da publicação da nova Portaria foi, como é habitual, enviada a consulta da Associação de Apanhadores do Pico e da Federação das Pescas dos Açores, que emitiram parecer favorável. Importa destacar que a Associação de Apanhadores referiu que o novo critério para atribuição/renovação de licenças deveria ser aplicado apenas aos novos pedidos, o que do ponto de vista legal não se afigurava possível.

**3- Que estudos têm sido realizados nos últimos anos sobre esta espécie, nomeadamente relativamente à densidade populacional/stocks e níveis de exploração?**

Em 2019 foi assinado um protocolo de cooperação com o IMAR para financiamento do Programa de monitorização de espécies e habitats costeiros dos Açores (MoniCO), enquadrado na Portaria n.º 32/2009, 28 abril. O projeto foi executado durante o ano 2020 respondendo aos objetivos previstos como o levantamento do conhecimento existente sobre as espécies costeiras comerciais dos Açores, através de uma análise exaustiva da informação ecológica e biológica disponível, relevante para as espécies consideradas. O relatório técnico foi entregue à Direção Regional das Pescas como previsto.

Em 2021, a Direção Regional das Pescas, reconhece a necessidade de recolha de informação sobre as espécies costeiras para determinar com maior rigor as medidas de gestão a aplicar o que implicava rever o Regulamento da Apanha em vigor. Assim, assinou novo protocolo com o IMAR, o que garantiu o financiamento plurianual (2022-2025) do programa MoniCO. Os resultados reportados pelo projeto em 2022 permitiu a avaliação do estado da população de lapas em todas as ilhas do arquipélago. Desta forma, com base no parecer emitido pelo MoniCO, sustentado pelo melhor conhecimento científico disponível à data (biologia/ecologia, histórico de exploração, avaliação/gestão do recurso e ameaças), foram reduzidos os limites para as possibilidades de apanha diária em ilhas que mostraram menor abundância de lapas (p.exp. São Miguel, Terceira, Graciosa e Santa Maria), bem como ajustar o número máximo de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

licenças a atribuir. Relevamos que a importância social e económica desta atividade, nas diferentes ilhas do arquipélago, foi tida em consideração aquando desta decisão.

**4- Confirma o Governo Regional que teve acesso ao relatório desenvolvido no âmbito programa MoniCO?**

Sim. Como referido foi com recurso à informação produzida pelo projeto MoniCO que a alteração relativa à redução das possibilidades de captura em determinadas ilhas do arquipélago foi tomada bem como a decorrente do ajuste nas licenças a atribuir em cada ilha.

Destacamos que foi este Governo Regional que garantiu a recolha de dados regular, que permite, com maior exatidão, determinar medidas de gestão ajustadas à avaliação dos recursos costeiros.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Assinado por: **Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas**  
Data: 2023.06.07 15:50:10+00'00'

